REFERENCIAL LEGAL E NORMATIVO DA GRADUAÇÃO (Atualizado em 07 de fevereiro de 2022)		
GERAIS		
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil De 1988	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigos 205 a 214
Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Lei de Diretrizes e Bases da Educação lei nº 9.394, de 20 de Dezembro De 1996	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Capítulo VI - Artigos 43 a 67
Plano Nacional de Educação	Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.
Regimento da UNIR	Regimento geral da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Regimento Geral da UNIR
Estatuto da UNIR	Estatuto da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Estatuto da UNIR
PDI UNIR	Resolução nº 120, de 30 de agosto de 2019 - Plano de Desenvolvimento Institucional 2019 - 2024	- Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Rondônia (2019- 2024)
CPAv - Comissão Própria de Avaliação	Resolução nº 018/CONSUN, de 30 de janeiro de 2014	Regulamenta a composição da CPAv
	Resolução nº 021/CONSUN, de 03 de novembro de 2014	Regimento Interno da CPAv
	Resolução nº 474/CONSEA, de 10 de abril de 2017	Institui o ciclo avaliativo e as normas gerais para Avaliação Institucional Interna - UNIR
Regime jurídico dos servidores públicos civis da União	LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)	LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Enquadramento dos cursos nas áreas de formação - CINE BRASIL do INEP	Classificação Internacional Normatizada da Educação Adaptada para cursos de Graduação - denominada CINE BRASIL do INEP	Regulamenta o enquadramento dos cursos em áreas de formação: 00 Programas básicos; 01 Educação; 02 Artes e humanidades; 03 Ciências Sociais, comunicação e informação; 04 Negócios, administração e direito; 05 Ciências naturais, matemática e estatística; 06 Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); 07 Engenharia, produção e construção; 08 Agricultura, silvicultura, pesca e veterinária; 09 Saúde e bem-estar; e 10 Serviços.
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO		
Projeto Político Pedagógico - PPC	Resolução 278/CONSEA, de 04 de junho de 2012.	Regulamenta os parâmetros para a elaboração de projetos político- pedagógicos de cursos de graduação da UNIR
Caderno de Orientações para elaboração de PPCs de cursos de graduação - Comentado	https://prograd.unir.br/uploads/42424242/CADERNO%20ORIENTACOES%20PPC.pdf	Orientações para subsidiar a elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos nas dimensões de Contextualização, organização didático-pedagógica, legislação, estrutura administrativo e acadêmica, infraestrutura e recursos.
Diretrizes Curriculares Nacionais - Graduação		
Diretrizes Curriculares Nacionais - Graduação	Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação - DCNs	Institui as diretrizes curriculares para cada Curso de Graduação.
DCNS – prorrogação prazo	Resolução CNE/CES Nº 1, de 29 de dezembro de 2020.	Dispõe sobre prazo de implantação das novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) durante a calamidade pública provocada pela pandemia da COVID-19. ● Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Direito. ● Resolução CNE/CES nº 6, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física ● Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024

		• Resolução CNE/CES nº 2, de 24 de abril de 2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. • Resolução CNE/CES nº 3, de 15 de agosto de 2019 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina Veterinária.
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a BNC	Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro de 2019.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação).
	Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação).
	Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de Outubro de 2020.	Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências.
Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana..
Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Lei N° 12.764, de N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e

		altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Prevenção e ao combate a incêndio e a desastres (* Para os cursos de graduação em Engenharia)	Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017.	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nº s 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. -
LIBRAS	Decreto 5626, de 22 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
LIBRAS	Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002.	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências
Educação em Direitos Humanos	Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
Política Nacional de Educação Ambiental	Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
Política Nacional de Educação Ambiental	Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002.	Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
DCNs Educação ambiental	Resolução nº 2/CNE/CP, de 15 de junho de 2012.	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental
ACESSIBILIDADE		
ACESSIBILIDADE	Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
CARGA HORÁRIA - HORA-AULA		
Carga horária mínima e duração dos cursos de	Resolução nº 2/CNE, de 18 de junho de 2007.	

graduação, bacharelados, na modalidade presencial.		Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
Carga horária mínima e duração dos cursos de graduação - Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;	Resolução nº 4, de 6 de abril de 2009.	Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.
Conceito Hora Aula	Parecer CNE/CES Nº: 261/2006 - aprovado em: 9/11/2006.	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.
Conceito Hora Aula	Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007.	Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.
Padrão Hora Aula - UNIR	Resolução 500/ CONSEA, de 12 de setembro de 2017.	Regulamenta o Padrão de hora-aula da UNIR
Carga Horária Total da Graduação - UNIR	Resolução Nº 95/CONSEA, de 18 de julho de 2019	Regulamentar a carga horária total de duração dos cursos de graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia.
INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO/DESLIGAMENTO		
Integralização de curso - UNIR	Resolução 95/CONSEA, de 27 de abril de 2005.	Regulamento prazo de integralização de curso na UNIR
Desligamento e Estudante (Jubilamento)	Resolução n.º 036/CONSUN, de 11 de julho de 2018 (Revoga a Res. Nº 519 DE 12/03/2018)	Desligamento de estudante por decurso do prazo máximo para integralização curricular que aprova o regulamento do desligamento (jubilamento) de discentes da UNIR.
EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA		
Oferta disciplina EAD - 40% da carga horária total do curso.	Portaria Ministerial nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Educação à distância	Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017.	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Educação à distância	Compilado de Legislação de Educação à Distância	Legislação de Educação à Distância
EXTENSÃO e CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO		
Diretrizes para a Extensão na Educação Superior	Resolução nº 7/CNE, de 18 de dezembro de 2018.	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
Política de Extensão - UNIR	Resolução nº 111/CONSUN, de 29 de agosto de 2019.	Regulamenta a Política de Extensão Universitária da Federal de Rondônia.
Curricularização da Extensão	Resolução nº 349/CONSEA, de 06 de setembro de 2021	Regulamenta a curricularização da extensão na UNIR
Curricularização da Extensão	Instrução Normativa Nº 1, de 11 de novembro de 2021.	Institui os procedimentos de operacionalização das Atividades Curriculares de Extensão (ACEX) nos cursos de graduação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE		
Núcleo Docente Estruturante - NDE	Resolução nº 1/CONAES de 17 de junho de 2010	Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
Núcleo Docente Estruturante - NDE	Resolução Nº 233, de 07 de Agosto De 2020	Dispõe sobre os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) dos cursos de Graduação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Revoga a Resolução 285/2012/CONSEA.
POLÍTICA DE EGRESSOS		
Política de Egressos	Resolução nº 428/CONSEA, de 04 de maio de 2016.	Cria a Política Institucional de Egressos da Fundação Universidade Federal de Rondônia.
AVALIAÇÃO		
Avaliação Discente	Resolução nº 338, de 14 de julho de 2021	Regulamenta o processo de avaliação discente dos cursos de graduação da UNIR - Revoga a Resolução 251/1997/CONSEPE.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO		
ESTÁGIO	Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.	Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
ESTÁGIO	Resolução 454/ CONSEA, de 21 de setembro de 2016.	Normas Gerais para realização de Estágio dos cursos de Graduação da UNIR
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)		
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	Resolução n.º 242/CONSEPE, de 24 de setembro de 1997, que regulamenta os parâmetros para Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) REVOGADA pela Resolução n.º 34/CONSEA, de 20 de outubro de 2000;	OBS. Em andamento nos Conselhos a regulamentação de Resolução do TCC . Processo SEI: 99916751F.000003/2020-20
INCLUSÃO, COMPARTILHAMENTO DE DISCIPLINAS		
Inclusão de Disciplina	Resolução nº 472, de 07 de abril de 2017.	Estabelece procedimentos para matrícula de alunos regulares por inclusão de disciplina nos cursos de graduação da UNIR
Compartilhamento de disciplinas	Resolução nº 313/CONSEA, de 03 de julho de 2013.	Regula o compartilhamento de disciplinas nos cursos da UNIR
APROVEITAMENTO DE ESTUDOS		
Extraordinário Aproveitamento de estudos	Resolução nº 505/CONSEA, de 29 de novembro de 2017.	Normas de redução de curso de graduação por extraordinário aproveitamento em estudos
LABORATÓRIOS		

Laboratórios Didático-Pedagógicos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Resolução n.º 316/CONSEA/UNIR, de 05 de agosto de 2013	Disciplina o cadastramento de informações de Laboratórios Didático-Pedagógicos de Ensino, Pesquisa e Extensão e cria o formulário de cadastro eletrônico e de atualização de dados dos laboratórios;
Institucionalização de grupos, laboratórios e projetos de pesquisa	Resolução nº. 482/CONSEA, de 26 de abril de 2017.	Estabelece as diretrizes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e a institucionalização de grupos, laboratórios e projetos de pesquisa na Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Atividades fora do Campus - UNIR	Resolução nº 089/CONSEA, de 04 de julho 2004	Atividades Acadêmicas fora do espaço físico da UNIR
REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL		
Repositório Institucional	Resolução nº 190/CONSAD, de 04 de dezembro de 2017	Institui o Repositório Institucional (RIUNIR) e sua política d e funcionamento
PRECEPTORIA DE SAÚDE		
Preceptoria da área da saúde	Resolução nº 328/CONSEA, de 20 de março de 2014.	Estabelece critérios e normas para Preceptoria de profissionais e orientação de alunos em atividades acadêmicas da área da saúde da UNIR
PROGRAMAS - ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO		
Residência Pedagógica	Resolução nº 525/CONSEA, de 09 de julho de 2018.	Projeto institucional de Residência Pedagógica
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)	Ato Decisório º 265/CGR/CONSEA, de 28 de janeiro de 2014.	Institucionaliza o PIBID
Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)	Ato Decisório nº 205/CGR/CONSEA, de 05 de abril de 2013.	Aprova o Regimento Interno do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIC - Programa Institucional de Bolsa e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica e Apoio Técnico	Resolução nº 178/CONSEA, de 17 de setembro de 2007.	Regulamento do Programa Institucional de Bolsa e Trabalho Voluntário de Iniciação Científica e Apoio Técnico.

Monitoria	Resolução nº 388/CONSEA, de 09 de abril de 2015.	Estabelece normas para programa de Monitoria e dá outras providências
Mobilidade Acadêmica	Resolução nº 225/CONSEA, de 17 de de dezembro 2009.	Dispõe sobre critérios e normas para atender ao Convênio /Programa Andifes de Mobilidade Estudantil na UNIR
PIBEC - Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEC)	Resolução nº 120/CONSAD, de 14 de abril de 2014.	Institui e regulamenta o Programa institucional de bolsas de extensão e cultura da UNIR
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL		
Programa de Assistência Estudantil	Resolução nº 178/CONSAD, de 02 de junho de 2017.	Revoga a resolução nº 138, de 01 de setembro de 2015. Regulamenta o Programa de Assistência Estudantil da UNIR.
	Instrução Normativa nº 001/2018/PROCEA, de 26 de junho de 2018.	Estabelece normas para orientar as ações da Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Assuntos Estudantis da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR nos campi do interior e dá outras providências.
Auxílio Inclusão Digital Emergencial	Resolução Nº 263, de 25 de setembro de 2020	Institui no âmbito da Universidade Federal de Rondônia o Auxílio Inclusão Digital Emergencial
INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA		
INPI - Instituto nacional de Propriedade Intelectual	Legislação Geral	Site
Propriedade Intelectual de Inovação	Resolução nº 197/CONSAD, de 09 de julho de 2018.	Dispõe sobre o regulamento da propriedade intelectual da Fundação Universidade Federal de Rondônia, que trata da propriedade e a gestão de direitos relativos à propriedade intelectual e de inovação no âmbito da UNIR, delega competências, dá outras competências e revoga a Resolução nº 124/CONSAD, de 10 de julho

		de 2014, que trata da criação da Coordenadoria de Inovação e Transferência de Tecnologia.
Incentivo à Inovação e à Pesquisa	Resolução nº 283/CONSEA, de 26 de novembro de 2020	Regulamenta no âmbito da UNIR as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica em parceria com o setor produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento do sistema produtivo local, regional e nacional nos termos dos arts, 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição Federal, com vistas ao alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento do sistema produtivo o regional, delega competências e dá outras providências.
Registro de Patentes	Instrução Normativa nº 001/PROPESQ/UNIR, de 01 de agosto de 2018.	Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de registros de patentes ou *softwares* no âmbito da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR).
Medidas de incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica	Resolução nº 283, de 26 de novembro de 2020.	Regulamenta no âmbito da UNIR as medidas de incentivo à inovação e a pesquisa científica e tecnológica em parceria com o setor produtivo com vistas à capacitação tecnológica, alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento do sistema produtivo local, regional e nacional nos termos dos arts.23,24,167,200,213,218,219 3 219-A da Constituição Federal, com vistas ao alcance da autonomia tecnológica e o desenvolvimento do sistema produtivo regional, delega competências e dá outras providências.
Apoio à atribuição de DOI	RESOLUÇÃO Nº 267, DE 07 DE OUTUBRO DE 2020	Programa de Apoio Institucional atribuição de Digital Object Identifier (DOI) aos Periódicos Científicos da Fundação Universidade Federal de Rondônia
POLÍTICA LINGUÍSTICA		
Política Lingüística - UNIR	Resolução Nº 190, de 27 de março de 2020.	Instituiu e regulamenta a política linguística na UNIR.
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA		
Pesquisas envolvendo seres humanos	RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012.	Aprovar as seguintes diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos
Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais	RESOLUÇÃO Nº 510, DE 07 DE ABRIL DE 2016	Normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos

		com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana,
Comitê de Ética em Pesquisa	Resolução nº 339, de 15 de julho de 2021.	Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) da UNIR
Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA)		
Ética na Utilização de Animais	Resolução 179/CONSAD, de 17 de abril de 2017.	Revoga a resolução 122 - Novo Regimento do Comitê de ètica na utilização de animais (CEUA)
DIVERSAS		
Credenciamento de docentes voluntários	Resolução nº 321, de 27 de maio de 2021.	Dispõe sobre as normas para o credenciamento de docentes voluntários(as) na UNIR nos cursos de graduação.
Empresas Juniores	Resolução nº 530/CONSEA, de 11 de julho de 2018.	Dispõe sobre a Institucionalização das Empresas Juniores como atividade de extensão acadêmica na Fundação Universidade Federal de Rondônia nos termos da Lei nº 13.267 de 6 de abril de 2016, delega competências e dá outras providências.
Voluntariado na Educação Básica e Superior.	Resolução Nº 2, de 11 de setembro de 2018.	Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior.
Nome social do estudante na UNIR	Resolução nº 425/CONSEA, de 20 de abril de 2016	Regulamenta a utilização do nome social do estudante na UNIR
Composição de quórum	RESOLUÇÃO Nº 219, DE 03 DE JULHO DE 2020	Critérios para a composição de quorum para as reuniões colegiadas na Unir.
REGULAÇÃO DOS CURSOS		
Regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação	Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. D9235 (planalto.gov.br)
Procedimentos de competência do INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior,	Portaria Normativa nº 840, de 24 de agosto de 2018	Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de

de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes		cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. PORTARIA NORMATIVA Nº 840, DE 24 DE AGOSTO DE 2018 - Imprensa Nacional (in.gov.br)
Institui o SINAES	Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.
Avaliação Externa Virtual *in loco (Portaria nº 165, Art. 14. A Avaliação Externa Virtual in Loco vigorará no fluxo de avaliações externas de IES e cursos de graduação em caráter emergencial e temporário, durante a vigência da declaração de emergência de saúde pública de importância internacional, conforme o previsto no § 2º do art. 1º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.)**	PORTARIA Nº 165, DE 20 DE ABRIL DE 2021 - PORTARIA Nº 165, DE 20 DE ABRIL DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br) PORTARIA Nº 275, DE 28 DE JULHO DE 2021 - PORTARIA Nº 275, DE 28 DE JULHO DE 2021 - DOU - Imprensa Nacional (in.gov.br)	Institui a Avaliação Externa Virtual in Loco no âmbito das visitas por comissões de especialistas para avaliação externa de Instituições de Educação Superior e cursos de graduação, no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e da avaliação das Escolas de Governo.
Avaliação Externa de Cursos	Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG)	• Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância | Autorização VIGENTE • Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância | Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento VIGENTE
Avaliação Externa de Cursos	Glossário dos Instrumentos de Avaliação externa/ 4ª Edição/2019.	Glossário tem sido um instrumento de suporte para vários atores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes
MANUAIS		
Manual de procedimentos Acadêmicos - 2019		2019
INGRESSO DISCENTE		
Aguardando		